

CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 5.765

De 9 de abril de 2012

Dispõe sobre revogação do artigo 11 da Lei nº 4.863, de 24 de maio de 2004, que cria no Município de Ourinhos o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações – PURAE.

O Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Faez Salmen:

Art. 1º. Fica revogado em todos os seus termos e efeitos o artigo 11 da Lei nº 4.863, de 24 de maio de 2004, que cria no Município de Ourinhos o Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações – PURAE.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 9 de abril de 2012.

EDVALDO LÚCIO ABEL (VADINHO)
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

ANTONIO CARLOS GREGORIO
- Secretário Geral -

CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 5.766

De 9 de abril de 2012

Altera dispositivo da Lei nº 2.958, de 2 de março de 1989, que institui o imposto sobre transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Faez Salmen:

Art. 1º. O caput do artigo 9º, da Lei nº 2.958, de 2 de março de 1989, alterada pela Lei nº 3.443, de 10 de dezembro de 1991, que institui o imposto sobre transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 9º. O imposto será pago no prazo de até 5 dias úteis após a data do fato translativo, exceto nos seguintes casos:"

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 9 de abril de 2012.

EDVALDO LÚCIO ABEL (VADINHO)
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

ANTONIO CARLOS GREGORIO
- Secretário Geral -

CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 5.767

De 9 de abril de 2012

Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas de educação básica do Município.

O Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Faez Salmen:

Art. 1º. As escolas públicas da educação básica do Município deverão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" escolar.

Parágrafo único. A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art. 2º. Entende-se por "bullying" a prática de atos de violência física ou psicológica, de modo intencional e repetitivo, exercida por indivíduo ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir, causar dor, angústia ou humilhação à vítima.

Parágrafo único. São exemplos de "bullying" acarretar a exclusão social; subtrair coisa alheia para humilhar; perseguir; discriminar; amedrontar; destruir pertences; instigar atos violentos, inclusive utilizando-se de meios tecnológicos.

Art. 3º. Constituem objetivos a serem atingidos:

- I – prevenir e combater a prática do "bullying" nas escolas;
- II – capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III – orientar os envolvidos em situação de "bullying", visando à recuperação da auto-estima, o pleno desenvolvimento e a convivência harmônica no ambiente escolar;
- IV – envolver a família no processo de construção da cultura de paz nas unidades escolares.

Art. 4º. Por meio de Decreto serão estabelecidas as ações a serem desenvolvidas, como palestras, debates, distribuição de cartilhas de orientação aos pais, alunos e professores, entre outras iniciativas.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Educação observará a necessidade de realizar diagnóstico das situações de "bullying" nas unidades escolares, bem como o seu constante acompanhamento, respeitando as medidas protetivas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 9 de abril de 2012.

EDVALDO LÚCIO ABEL (VADINHO)
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

ANTONIO CARLOS GREGORIO
- Secretário Geral -